

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CONTEXTOS MULTILÍNGUES: ÁFRICA E BRASIL

Thomas Massao Fairchild (UFPA)

Sulemi Fabiano Campos (UFRN)

Adriana Santos Batista (UFBA)

André Campos Mesquita (UERJ)

Reunir um dossiê sobre o ensino de Língua Portuguesa em contextos multilíngues implica, para nós, mais do que aproximar trabalhos que tratam de línguas, variedades e situações de ensino diferentes. Significa também registrar as condições em que certas perguntas puderam ser formuladas, os encontros de pesquisa que lhes deram continuidade e os espaços nos quais esses trabalhos passaram a circular. Por isso, antes de apresentarmos os artigos propriamente ditos, parece-nos necessário contar uma parte da história que tornou possível sua reunião neste volume.

A iniciativa de organizar o presente dossiê temático resulta da experiência de cooperação acadêmica que vem sendo construída de forma exitosa entre o Instituto Superior de Ciências da Educação do Sumbe (ISCED/S – Angola) e uma rede de pesquisadores brasileiros vinculados a diferentes universidades e regiões do país.

Tal rede encontra-se em permanente estado de formalização, conforme as oportunidades institucionais se apresentam, mas seus liames fundamentais antecedem a assinatura de documentos – eles são o compromisso com a pesquisa, entendida enquanto produção de conhecimentos, independentemente de hierarquias institucionais ou níveis de ensino; e a disposição para estar ao lado de todos que assumam para si a tarefa de fazer pesquisa, especialmente em contextos nos quais as condições para tal ainda não estão dadas.

O presente dossiê registra uma parte da história desse movimento. Como não podemos recontá-la por inteiro, recuperamos algumas das experiências mais próximas que tornaram viável este número temático. Faremos isso com três objetivos principais:

- a) refletir sobre as relações entre a produção dos conhecimentos científicos e as condições materiais de trabalho dos pesquisadores;
- b) apresentar avanços que consideramos significativos em alguns estudos que compõem este dossiê à luz das condições em que foram produzidos; e
- c) salientar aspectos da cooperação acadêmica que consubstanciam uma perspectiva de internacionalização específica.

A fim de realizar esses propósitos, tomamos como ponto de partida as reflexões de Schlieben-Lange (1993) sobre a história da Linguística. Interessa-nos em particular sua tese de que a história “interna” da disciplina precisa ser complementada pela investigação de sua história “externa”. Ao assumir essa perspectiva, a autora se afasta de uma visão das ciências como conjunto de teorias ou paradigmas em evolução contínua, como que movidos por uma força interna, propondo que, em vez disso,

[...] a história das **comunidades argumentativas**, isto é: das **pessoas** e das **instituições**, precisa ser descrita, comunidades nas quais se discutem questões que dizem respeito às línguas. Quem, ou seja: quais **pessoas, grupos, membros de quais especializações** argumentam sobre as línguas; em quais **instituições** isso é realizado (escola, universidade, foros públicos, academias etc.); **de que forma isso é feito** (concursos, revistas, congressos etc.); **o meio no qual a argumentação acontece**, influencia a forma da argumentação (oral/escrito, livro/cópia etc.)? (...)” (SCHLIEBEN-LANGE, 1993, p. 138-139, grifos nossos)

É nesse ponto que as questões levantadas por Schlieben-Lange se encontram com a experiência que dá origem a este dossiê. Elas nos inspiram a encarar a atual onda de internacionalização das universidades com cautela, observando que o lugar de onde recebemos esse chamado por vezes é o mesmo de onde vêm outros comandos cujo objetivo é apenas promover nossa integração a um circuito de consumo global de mercadorias.

Para acompanhar o pensamento de Schlieben-Lange é necessário recordar, portanto, que os linguistas, como todos os cientistas, são antes de tudo uma classe de trabalhadores e, tal como seus congêneres, ocupam certa posição dentro de uma estrutura econômica. A isso se faz necessário acrescentar uma consideração: a posição ocupada pelo cientista está condicionada a uma *divisão social do trabalho*. Daí resulta que a posição do cientista deriva de uma dupla correlação – entre seu trabalho e o de outras classes de trabalhadores dentro da mesma sociedade (por exemplo, o quanto a atividade econômica de um país depende de conhecimentos produzidos por certo tipo de pesquisa) e entre seu trabalho e o de outros cientistas (por exemplo, o quanto os pesquisadores de uma instituição ou de um país se orientam pela produção dos pesquisadores de outra instituição ou país). Este segundo condicionante resulta do fato de que, especialmente no contexto de nossa economia global, a divisão social do trabalho se duplica em uma divisão *territorial* do trabalho (em distintos níveis: regional, nacional, internacional...).

A experiência de cooperação com colegas de outras regiões e nacionalidades mostra que os linguistas, como todos os demais trabalhadores, encontram condições bastante diversas para exercer seu ofício. Com efeito, fazer linguística em países cuja história foi moldada pela exploração colonial, nos quais a educação superior e a autonomia das ciências passaram ao rol das ambições nacionais apenas no século passado, implica não apenas encontrar condições econômicas menos propícias ao desenvolvimento da pesquisa, mas também, com frequência, ser chamado a aceitar a dependência dos produtos “processados” pela ciência estrangeira, em moldes análogos à dependência material de bens e produtos importados.

Nossa perspectiva é que as dificuldades materiais para o desenvolvimento das ciências não podem ser tomadas como impeditivo para entrar no mundo da ciência global em outro papel que não o de consumidores. Uma vez que não queiramos fazer internacionalização apenas para “embarcar no trem da história”, satisfazendo-nos em ficar a par do estado das ciências produzidas nos centros “desenvolvidos”, a disparidade das condições de produção de conhecimentos tem que ser levada em conta como um elemento gerador de novas formas de indagação da realidade e novos percursos de produção de conhecimentos.

Não se trata de um caminho simples. Uma armadilha consiste em abrir mão da própria ciência em favor de epistemologias supostamente “outras”, algumas vezes defendidas com o argumento de que o discurso científico exerceria, por natureza, opressão sobre todas as demais formas de saber. Trata-se de um problema complexo, sobre o qual não vamos nos estender. Diremos apenas que é preciso perguntar se a opção por “outros” caminhos não recobre a reafirmação implícita de que, para sujeitos marginalizados, a ciência é mesmo um horizonte inalcançável. Esta perspectiva costuma levar à condescendência com certos trabalhos acadêmicos, aceitando-se falhas reconhecidas em nome de algum contrapeso externo, nem sempre bem definido. Do nosso ponto de vista, parece forçoso reconhecer, pelo contrário, que o rigor científico pode ser exercido sem necessariamente representar uma ameaça a outras formas de saber, e que a posse dos meios para fazer ciência em benefício próprio é um objetivo comum a todos os povos e populações marginalizados do mundo contemporâneo.

Os textos presentes neste dossiê emergem das condições plurais em que a Linguística se desenvolve hoje e, portanto, desenham os traços de uma Linguística também plural. A melhor maneira de lê-los, a nosso ver, consiste em indagar como eles constroem relações com as comunidades locais, como respondem a questões que movimentam a vida ordinária dos falantes, como emergem das condições institucionais e laborais em que foram desenvolvidos e, é claro, como se posicionam diante do edifício da Linguística – esta grande obra da qual são herdeiros e construtores, assim como o são, para o bem ou para o mal, da língua portuguesa em que estão

escritos. É a partir dessa compreensão que passamos às condições concretas de trabalho e cooperação nas quais uma parte dessas pesquisas se tornou possível.

1 A pesquisa e as condições de trabalho do pesquisador

Na interação com o ISCED/S e com outras universidades estrangeiras, temos sistematizado alguns princípios pelos quais nos pautamos na internacionalização universitária. Um deles é o reconhecimento do esforço exigido para trabalhar em parceria com outros países como um dispêndio por natureza *gratuito* de nossa força de trabalho. Gratuito porque não há como pagá-lo exceto em espécie, ou seja, com seus próprios efeitos. Outro princípio importante é o de que o trabalho de pesquisa tenha entre seus objetivos o de produzir efeitos *estruturantes*, de modo que as condições para a continuidade das práticas investigativas possam advir tanto por meio de investimentos externos (materiais e financeiros, inclusive) quanto pelos próprios conhecimentos gerados no processo, que passam a estar disponíveis para uma comunidade.

Duas experiências merecem ser relatadas aqui como ilustração desses princípios, bem como para a finalidade de seu registro público. A primeira consistiu na formação, em 2021, de um grupo de trabalho que ficou responsável pela elaboração do projeto para um Doutorado em Ciências da Educação, sob a liderança dos professores Lourenço Lino de Sousa (à época, no ISCED/S, hoje no ISPCS) e Marinalva Vieira Barbosa (UFTM). Durante a construção do projeto o grupo teve a oportunidade de compartilhar experiências de orientação anteriores e analisar alguns obstáculos encontrados no contexto do ISCED/S, o que levou à criação de dispositivos inseridos na estrutura curricular do curso com o objetivo de reunir condições mínimas para o desenvolvimento de teses em nível de doutoramento – até então, uma empresa inédita no ISCED/S.

O doutoramento em Ciências da Educação foi aprovado pelo Ministério da Educação de Angola em 2021 e obteve financiamento da União Europeia em 2022, tornando-se o primeiro curso dessa natureza fora da capital, Luanda. Dada a escassez de doutores no interior do país, o corpo docente do doutoramento, constituído por 28 professores, conta com 20 brasileiros, pertencentes a cinco instituições (USP, UFTM, UFRN, UFBA, UFPA), além de um docente argentino (UNLP) e apenas 9 angolanos (pertencentes a duas instituições: ISCED/S e ISPCS). As atividades arrancaram em outubro de 2023 com um processo seletivo por meio do qual foram aprovados 28 doutorandos oriundos de 9 províncias de Angola (Cuanza Sul, Huambo, Bengo, Benguela, Luanda, Uíge, Bié, Cuanza Norte, Namibe). Entre os componentes da turma, 17 são professores universitários e 7 deles são professores do próprio ISCED/S, dados que indicam o cumprimento do objetivo de qualificar quadros do ensino superior com vistas à criação de condições para a oferta de outros doutorados no interior do país.

Uma segunda frente de trabalho iniciou-se com a orientação de pesquisas do grupo ingressante do Mestrado em Ciências da Educação – especialidade em Língua Portuguesa, em 2024. À semelhança da turma de doutorado formada no ano anterior, e talvez por repercussão da abertura do curso, no grupo do Mestrado encontravam-se estudantes provenientes de 8 províncias diferentes (Huambo, Cuanza Sul, Benguela, Luanda, Moxico, Bié, Huíla, Malanje). Entre os 30 alunos admitidos, 17 eram professores universitários à época e os demais, docentes do ensino básico. Durante as disciplinas do primeiro semestre do curso, observou-se que muitos tinham interesse em investigar temas relacionados à presença das línguas “nacionais” no ensino. A profa. Sulemi Fabiano Campos, uma das organizadoras deste dossiê, assumiu junto ao ISCED/S a tarefa de auxiliar a localização de orientadores para esses projetos, em sua maioria professores de universidades brasileiras já envolvidos na rede de cooperação.

Essa experiência levou à organização de um grupo de pesquisa, que passou a reunir os orientadores e orientandos dedicados ao desenvolvimento das pesquisas propostas por esse grupo, além de outros estudantes cujos projetos dialogavam com eles. O grupo foi nomeado LAnCE – Línguas Angolanas em Contextos de Ensino, e sua coordenação foi assumida inicialmente pela

profa. Sulemi Fabiano e pelo prof. Thomas M. Fairchild, aos quais posteriormente se somaram os profs. Miguel Armindo João e Wakala Isaac Muzombo (ISCED/S). O grupo chegou a contar com 34 participantes, sendo 17 docentes e 17 estudantes, vinculados a cinco IES brasileiras (UFRN, UFPA, UFMA, UFOB e PUC/SP), além do ISCED/S. O grupo funciona regularmente em formato “COIL” (*Collaborative Online International Learning*), promovendo reuniões de trabalho periódicas, dedicadas ao estudo de obras teóricas de interesse comum e à discussão das pesquisas em andamento. Têm-se envidado esforços para formalizar o grupo junto à administração do ISCED/S, garantindo aos docentes e discentes que participam dele o registro de suas atividades acadêmicas de pesquisa.

O grupo LAnCE dedica-se às seguintes questões investigativas:

- i) O que dizem os **documentos oficiais** de orientação curricular de Angola acerca do tratamento da **leitura e da produção escrita** no ensino primário e secundário?
- ii) O que dizem as **dissertações e teses** produzidas no Brasil, Portugal e Angola sobre as **“interferências” das línguas angolanas no ensino da Língua Portuguesa** em Angola?
- iii) Como os **professores de LP avaliam** os aspectos linguísticos na produção escrita dos seus alunos de ensino primário e secundário de Angola?
- iv) O que a análise de textos de alunos (marcas fonéticas, morfológicas, morfossintáticas e sintáticas) do ensino primário e do secundário revela a respeito da **presença de línguas angolanas**?
- v) Quais contribuições uma **abordagem de leitura e produção escrita voltada para fatos linguístico-discursivos** (análise de marcas fonéticas, morfológicas, morfossintáticas e sintáticas) pode trazer ao ensino de LP, considerando-se os propósitos para esse componente curricular, em documentos oficiais de referência curricular?
- vi) Como pode ser delineada uma **proposta de tratamento de estratégias e conteúdos** assentada nas orientações curriculares oficiais para o ensino de LP no ensino primário e secundário, considerando-se as **especificidades das línguas angolanas** que são consideradas não oficiais?

Entre as atividades vinculadas ao LAnCE, merecem destaque dois seminários de pesquisa (2024 e 2025), nos quais os mestrandos apresentaram seus trabalhos em andamento para bancas compostas por docentes convidados de 14 universidades (11 brasileiras e 3 angolanas). Funcionando à maneira de uma pré-qualificação, esses seminários tinham como objetivo acompanhar continuamente os avanços dos alunos e promover o intercâmbio do ISCED/S com outras instituições. Todos os 30 alunos da turma apresentaram-se no primeiro seminário e 25, no segundo. Um total de 19 mestrandos defenderam suas dissertações e concluíram as pesquisas dentro do prazo de dois anos.

Uma observação importante é que esses seminários foram realizados, em tese, de modo informal, uma vez que a estrutura curricular do mestrado previa apenas a pré-defesa (qualificação) e a defesa. Apesar disso, sua realização contou com total adesão de estudantes, professores e gestores do ISCED/S. Até o momento, encontram-se formalizados apenas na grade curricular do Doutorado em Ciências da Educação. Ainda assim, vêm-se mostrando um dispositivo importante para evitar problemas observados em experiências anteriores, como a demora no estabelecimento do contato entre orientando e orientador, o excesso de mudanças nos pré-projetos e o subsequente atraso no início das atividades de pesquisa propriamente ditas, como leituras específicas, construção de metodologias, coleta e análise de dados.

Somadas aos seminários de pesquisa, outras atividades acadêmicas foram promovidas no âmbito da cooperação com o ISCED/S, como a oferta de um curso de língua inglesa aos alunos do Doutorado em Ciências da Educação pelo Instituto Ágora da UFRN, de março a agosto de 2024 (respondendo a uma demanda do ISCED/S), e a oferta de um curso online de introdução ao estudo da língua umbundu, oferecido pelo ISCED/S em parceria com a UFRN, de setembro a

dezembro de 2025. Houve, também, reiterada participação de pesquisadores vinculados ao LAnCE em eventos acadêmicos nos quais, algumas vezes, foram organizadas sessões específicas para o debate dos trabalhos *online*, como o Seminário de Formação de Professores Angola-Brasil (promovido pelo ISCED/S), o Seminário Sócio-Ambiental Angola-Brasil (nascido no ISCED e realizado alternadamente em Angola e no Brasil), o I Encontro do PROLEDES Angola-Brasil (UFBA, 2025), o X Seminário do DISSE (UFPA, 2025) e o VIII SETED (UFRN, 2025).

É nesse percurso de formação, orientação e pesquisa que se inserem os trabalhos reunidos neste volume. Resultados de oito pesquisas de Mestrado vinculadas ao LAnCE encontram-se aqui publicados: Caiombe e Almeida, Mesquita e Francisco, Guimarães e Marcolino, Campos e Alcino, Tchilonga e Fairchild, Chipia e Souza, Malonga e França, e Lima e António. No espaço desta publicação, esses trabalhos entram em diálogo com outros autores interessados em problemas da mesma ordem e com reflexões sobre o contexto de outros países da lusofonia (Riolfi; Araújo, Arruda, Semedo e Silva) ou sobre diferentes aspectos da educação e das políticas voltadas para as línguas locais (Araújo e Silva; Camundo e Silva; Carvalho, Cunha, Turé e Santiago Neto).

Colocados lado a lado, esses textos não constituem um bloco homogêneo, nem os demais artigos do volume funcionam apenas como contraponto às pesquisas vinculadas ao LAnCE. O conjunto faz aparecer um arco de problemas que vai do livro didático e da escrita escolar às políticas linguísticas, à descrição de variedades do português e ao lugar reservado às línguas locais em diferentes espaços institucionais. Convém, por isso, fazer uma passagem breve por esses trabalhos antes de retomarmos, na seção seguinte, três pesquisas de Mestrado para examiná-las mais de perto.

Entre os trabalhos diretamente vinculados ao LAnCE, Caiombe e Almeida, em “Língua e cultura angolana no contexto de ensino da língua portuguesa: um estudo sobre a abordagem dada à cultura angolana no livro didático”, tomam o livro de Língua Portuguesa da 7ª Classe como um documento a partir do qual se pode interrogar a relação entre língua, cultura e concepção de linguagem no ensino. A análise chama atenção para a permanência, no material, da concepção de língua presente nas orientações curriculares e para o afastamento em relação a estudos mais recentes de base sociointeracionista. Mesquita e Francisco, em “A produção textual da poesia: um estudo realizado com os alunos da 6ª Classe da Escola Primária nº 140 – Santa Teresa”, partem de um diagnóstico da escrita de poesia por alunos do Huambo. O trabalho reconhece conhecimentos que os alunos já mobilizam em sua relação com o gênero e desenvolve oficinas de escrita e reescrita como forma de intervenção, sustentando que a aprendizagem da escrita depende da criação, pela escola, de condições efetivas para que ela seja praticada.

Guimarães e Marcolino, no artigo “O silenciamento das línguas nacionais no contexto escolar angolano: suas implicações no ensino do português”, deslocam o olhar para a Constituição, as Leis de Base, os programas curriculares e documentos de avaliação, perguntando qual lugar as línguas nacionais ocupam na escola. O contraste que encontram entre o reconhecimento constitucional da diversidade linguística e a presença periférica dessas línguas nas orientações pedagógicas expõe a continuidade de um modelo de ensino predominantemente monolíngue. Campos e Alcino retornam aos textos dos alunos em “As influências morfossintáticas do *cokwe* na estrutura da concordância nominal do português em Angola: estudo aplicado ao Magistério 4 de Abril do Moxico”. A partir de produções escritas, discutem fenômenos de concordância nominal e as relações que podem ser estabelecidas entre estruturas do *cokwe*, o português e a situação de coabitação linguística.

Tchilonga e Fairchild, em “Aspectos morfossintáticos do Português Angolano (PA) na produção textual de alunos do ensino secundário: caracterização de influências do contacto linguístico *umbundu-português*”, enfrentam uma dificuldade que reaparece em muitas pesquisas sobre o português em Angola: decidir quando uma ocorrência divergente da norma ensinada pode ser atribuída ao contato entre línguas. A análise de textos de alunos do Huambo mostra, ao mesmo tempo, características já descritas como próprias do Português Angolano e casos em que a hipótese de transferência do *umbundu* não é a única explicação possível, sobretudo porque certos fatos podem confundir-se com fenômenos da própria escrita. Chipia e Souza, em “A alternância do

pronome tu e você no português vernacular de Angola”, tomam a variação pronominal como ponto de entrada para discutir a própria noção de variação linguística e os estigmas que recaem sobre formas em uso, sublinhando a relação entre escolhas linguísticas, contexto, território e sujeitos.

Malonga e França, em “O ensino de língua portuguesa no contexto de Angola a partir da escrita da memória de estudantes”, perguntam o que as memórias dos alunos sobre a aprendizagem da leitura e da escrita dizem a respeito do ensino de português. Nos relatos analisados aparecem os efeitos da imposição histórica da língua oficial e da desvalorização das línguas nacionais, mas também formas de resistência que atravessam a experiência escolar. Lima e António, em “Uma experiência de leitura do conto ‘Vozes na Sanzala’ (Kahitu): na aula de Literatura Angolana”, relatam uma experiência de mediação de leitura desenvolvida no ensino superior, no Huambo, a partir do conto de Uanhenga Xitu. Organizada como pesquisa-ação e sequência didática literária, a proposta articula leitura crítica, oralidade e identidade cultural e toma o trabalho com a literatura como possibilidade de formação de leitores reflexivos.

Dois textos ampliam o espaço geográfico e institucional da discussão. Riolfi, em “O relatório de avaliação global sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos: o IPBES e as línguas indígenas e locais”, examina como um documento de circulação internacional incorpora as línguas indígenas e locais. A análise de sequências discursivas em que aparece o termo *language* identifica apoio à preservação dessas línguas, mas também uma contradição entre esse princípio e o funcionamento do próprio IPBES, que adota apenas as seis línguas oficiais da ONU. Araújo, Arruda, Semedo e Silva, em “Livro didático de língua portuguesa em Cabo Verde: o que dizem os documentos legais sobre ensino, o que diz a obra?”, analisam a reforma curricular e um livro do 9º ano destinado ao ensino de português em Cabo Verde. O estudo mostra um descompasso entre a condição do português como língua segunda e uma proposta didática que tende a tratá-lo como língua materna, sem recorrer de modo consequente à língua materna dos aprendentes.

Outros três artigos colocam mais diretamente em questão as políticas que sustentam o lugar das línguas na educação. Araújo e Silva, em “O ensino de Língua Portuguesa no contexto multilíngue em Angola: reflexões sobre políticas linguísticas, racismo e diversidade linguística”, retomam historicamente as políticas linguísticas coloniais e discutem sua permanência no sistema educacional, especialmente na hierarquização das línguas e na manutenção de um currículo pouco permeável às práticas linguísticas e culturais locais. Camundo e Silva, em “Educação multilíngue em Angola: uma reflexão crítica sobre a relação entre violência e pluralismo”, discutem a exclusividade do português na escolarização à luz da diversidade linguística angolana, aproximando a marginalização das línguas maternas de processos de desigualdade e violência simbólica e defendendo políticas educacionais bilíngues. Carvalho, Cunha, Turé e Santiago Neto, por fim, em “Globalização e linguicídio: os impactos na sobrevivência das línguas africanas na (geo)linguística contemporânea”, deslocam a discussão para os efeitos da globalização e da eurofonia sobre as línguas africanas e defendem a necessidade de políticas afrocêntricas de valorização, revitalização e preservação das línguas autóctones.

Essa passagem pelo conjunto permite situar melhor a escolha que fazemos na seção seguinte. Retomaremos três dissertações das quais derivam artigos publicados neste volume, não porque elas possam representar o dossiê inteiro, mas porque nelas nos parece possível observar, com algum detalhe, certos movimentos de pesquisa ligados às condições em que esses conhecimentos vêm sendo produzidos.

2 Avanços na pesquisa sobre línguas angolanas em contextos de ensino

Na segunda parte desta apresentação, gostaríamos de destacar alguns movimentos das pesquisas desenvolvidas no contexto da cooperação com o ISCED/S e, mais pontualmente, nas atividades do grupo LAnCE. Citaremos três dissertações das quais derivam textos que constam neste dossiê – o leitor irá reconhecê-los. Tomaremos esses trabalhos como um mosaico de ideias,

assumindo que a produção dos conhecimentos é uma empresa coletiva. O que propomos, desse modo, é acompanhar um raciocínio que passa pelas três pesquisas mencionadas.

O primeiro destaque é a visita crítica da literatura existente. Esse movimento requer ir às pesquisas anteriores sobre o assunto para conhecê-las em profundidade, mas sem que esse aprofundamento se traduza em uma adesão necessária ao que elas postulam. Essa forma de leitura crítica incide em dois aspectos da construção da pesquisa. Um deles é a metodologia. Destacamos um trecho da dissertação de Tchilonga (2025) em que, revisando algumas das obras que toma como referência, ele tece os seguintes comentários:

“Vemos que o autor [*citado anteriormente*] elenca **cinco instrumentos** distintos usados para a colecta de seus dados: i) Inquérito de questionário, ii) Testes, iii) Observação, iv) gravação áudio e v) registo escrito. Na prática, contudo, é difícil **distinguir a origem dos dados apresentados pelo autor**. Um dos instrumentos mais explícitos consiste em um conjunto de **testes** [...]. Como podemos ver, o autor produz os seus testes a partir do padrão de gramática do PE, sendo que os informantes são confrontados à partida com uma norma alheia ao seu contexto e a estes cabe responder conforme os ditames desta gramática. Ademais, o autor considera, na sua análise, que ‘as repostas bem formadas são escassas’ e, apesar de ele mesmo reconhecer a existência das duas normas na variação das respostas, situa, pela nossa compreensão, o PE como modelo de resposta [...]. Basta observar que as respostas que colocam o pronome na posição canónica do PE são referidas como ‘bem-formadas’ e que **o termo ‘escassas’ avalia negativamente o facto de o PA ter prevalecido nas respostas em detrimento do PE.**” (Tchilonga, 2025, p. 76-77)

Tchilonga toca em pelo menos dois pontos que merecem atenção. Primeiro, a pesquisa à qual ele se refere nesta passagem trabalha com dados linguísticos coletados de cinco maneiras diferentes sem desenvolver uma reflexão sobre a natureza específica de cada instrumento e as consequências disso para o modo de análise dos dados resultantes. Segundo, essa aparente falta de sistematicidade na organização do *corpus* parece dar azo para que, na própria concepção dos instrumentos de pesquisa, algumas das crenças do pesquisador se infiltrem na maneira como ele interpreta o material gerado por eles.

O segundo aspecto da visita crítica à literatura, articulado a este primeiro, é a resistência à reprodução de alguns postulados que se tornaram parte do senso comum da área. Destacamos uma das passagens do trabalho de Muhongo (2025) em que podemos ver esse movimento:

“Em muitos casos, essas marcas de **concordância nominal** apresentadas nos discursos dos alunos são analisadas como **marcas da oralidade**. Em outros casos, tratando-se de alunos que **entram em contacto com outras línguas desde a tenra idade**, [...] autores como Marques (1983), Inverno (2005) citados por Adriano (2014, p. 203) e Nauege (2017, p. 31) atribuem esta questão de combinação ou concordância à questão de **transferência**, no caso daqueles alunos que têm conhecimento de alguma dessas línguas. O que os autores têm vindo a justificar pelo facto de em grande parte dessas línguas a concordância entre os elementos da sintaxe não ser por meio de uma **desinência de número (s) no final da palavra ou fronteira final** [...]. Porém, para nós, [...] entendemos que a justificação pelo facto deste fenómeno não só se verificar em alunos que têm o português como língua segunda, por já possuírem uma língua bantu como primeira, mas **também em alunos que possuem o português como língua primeira**, como é o caso de muitos alunos da Escola de Magistério Primário Teófilo Duarte. Por outro lado, esses fenómenos de concordância entre o determinante e o nome ou entre o sujeito e o verbo [...] não são apenas fenómenos que se registam em alunos ou população dominante das línguas bantu, os estudos brasileiros, por exemplo, **também registam esses tipos de**

fenómenos nos falantes do português brasileiro (Brandão, 2007 citado por Adriano, 2014, p. 204).” (Muhongo, 2025, p. 61)

Neste trecho, sem deixar de reconhecer as interpretações construídas historicamente a respeito do fenômeno linguístico, o pesquisador confere a elas o estatuto de hipóteses interpretativas, colocando-as à prova contra seu próprio raciocínio e, também, contra um corpo bibliográfico distinto – pesquisas feitas sobre o português brasileiro em que o mesmo fenômeno é observado e explicado de outra maneira.

Por fim, citamos um trecho do trabalho de Dala (2025) em que a perspectiva pela qual a língua é tomada no contexto do ensino permite repensar a noção de contato linguístico.

“Olhando para o Texto A (...), conseguimos ver um texto voltado para uma declaração que exprime saudades de quem partiu (...). Então, podemos deduzir que **alguns alunos entendem a poesia como uma forma de declarar-se a alguém e escrito em prosa**. Esse posicionamento pode ser pelo facto **da palavra verso ganhar um sentido semântico diferente em algumas zonas de Angola, sendo percebida como conversa ou frases cuja função é a conquista de outrem, envolvendo pessoas de sexo oposto**.

Assim sendo, percebemos no texto uma clara **intenção poética**. Há traços de **lirismo, afectividade** e o uso de **imagens simbólicas**, como no verso: “pa-/ssei na água não se molhei passei no fogo não sequemei”. Esses versos evocam **metáforas** relacionadas ao amor e à superação, revelando que o aluno mobiliza referências culturais e emocionais, possivelmente provenientes de canções.” (Dala, 2025, p. 58-59)

Nesta passagem, Dala (2025) está fazendo uma avaliação diagnóstica de textos produzidos por seus alunos a partir de uma perspectiva bakhtiniana. O que nos parece importante é o fato de ele atribuir as características observáveis no texto a uma forma de saber do aluno. Em vez de concentrar-se no que falta ao texto para adequar-se a um modelo esperado de “poesia”, ele interpreta o texto como uma pista do que o aluno considera ser um poema.

Embora a questão do plurilinguismo não apareça aqui de forma evidente, esse modo de encarar a palavra do aluno dentro de uma relação de ensino tem implicações na maneira como será encarada a presença das línguas africanas nos textos produzidos pelos alunos. A imagem predominante sobre esse fenômeno baseia-se na ideia de que essas línguas africanas deixam uma “marca” no português, como uma espécie de carimbo – uma impressão estática, fixa, na forma de um conjunto fechado de palavras, ou traços fonéticos, ou tendências sintáticas. Observando a ocorrência de elementos dessa natureza em textos concretos, no entanto, seria conveniente pensar na questão de outra forma – não há de fato “marcas” ou “interferências” de uma língua sobre outra; há um falante que agencia os recursos linguísticos de que dispõe em função de um “projeto de dizer”, para usar um termo de Geraldini (1997). O contato entre línguas teria que ser pensado, portanto, não apenas como uma zona bastante dinâmica de misturas, mas também como resultado da ação dos próprios falantes.

3 Apontamentos para a continuidade da internacionalização no eixo Brasil-África

Os movimentos de pesquisa destacados nos interessam menos como produto de um pensar abstrato – degraus na história “interna” de uma Linguística que avança linearmente – e mais como evidências de nosso engajamento em um processo que se desdobrou em ações concretas visando dinamizar os espaços acadêmicos necessários para a formação dos pesquisadores envolvidos, a conclusão exitosa de suas trajetórias acadêmicas e a realização de pesquisas pertinentes, que recortassem questões relevantes para a transformação das realidades nas quais estão inseridos.

De forma sintética, como corolário das considerações que fizemos até aqui, as ações desenvolvidas na parceria com o ISCED/S incluem:

- a criação de uma rede de colaboração multilateral e descentralizada, envolvendo instituições de porte e “centralidade” variada;
- a continuidade entre a internacionalização e a criação de diálogos em nível “intranacional”, por meio do envolvimento de universidades brasileiras de diferentes portes e regiões do Brasil;
- a mobilidade de pessoas em diferentes níveis e formatos (intercâmbio de pós-graduandos, estágios de pesquisa docentes, orientações, composição de bancas, ministração de disciplinas, participação em eventos);
- o engajamento entre grupos de pesquisa (LAnCE, GETED, DISSE);
- o envolvimento “cruzado” de pesquisadores em diferentes pontos da formação (por exemplo, com a participação de doutorandos como debatedores de dissertações de mestrado, graduandos no grupo de pesquisa e em eventos etc.).

Estas ações vêm caracterizando uma perspectiva de internacionalização que privilegia o contato entre pessoas visando à ação concreta, sempre calcada na negociação de interesses e objetivos comuns. Entre esses objetivos inclui-se a responsabilidade compartilhada por buscar formas de financiamento e outros tipos de apoio à rede, assim como o compromisso incondicional com a qualidade dos trabalhos.

Os movimentos de formalização da rede são uma consequência desses pactos, de modo que, enquanto paradigma, nos distanciamos das políticas de “indução” à cooperação internacional, visando indicadores (ou mesmo países...) previamente estabelecidos. Tais políticas frequentemente encaram a internacionalização como um indicativo do mérito individual de alguns pesquisadores ou grupos que se destacam pela quantidade de universidades estrangeiras com que mantêm contato – mesmo que a natureza desses contatos raramente seja questionada a fundo. Contra essa visão, o aspecto “internacional” da colaboração com o ISCED/S e outras instituições angolanas vem sendo encarado, em nosso grupo, como uma decorrência do próprio princípio coletivo do trabalho nas ciências. Este, por sua vez, está calcado no reconhecimento anterior da natureza social de todos os conhecimentos.

Por conta disso, temos buscado valorizar a diferença, não por meio de declarações unilaterais acerca do valor dos saberes atribuídos ao “outro”, mas dispendo-nos a trabalhar com rigor ao lado desse outro, cientes da gratuidade desse trabalho e da incerteza sobre seus resultados. Caminhamos na contramão das perspectivas de cooperação internacional que almejam apenas estabelecer novas rotas para importação e exportação de conceitos, autores, perguntas, línguas, estilos e sotaques para a ciência.

Sob esse prisma, parece-nos que o desenvolvimento continuado dos conhecimentos acerca das línguas angolanas e de seu ensino depende duplamente:

a) da disposição para mapear, conhecer e ler criticamente a produção existente sobre o assunto, no que deve ser incluída a resistência à homogeneização dos saberes e a coragem para confrontar noções estabelecidas. Isto, por sua vez, requer um compromisso com a qualidade científica do próprio trabalho, que tem que estar, no mínimo, à altura da dos trabalhos submetidos a avaliação crítica;

b) da criação de condições para o desenvolvimento do trabalho acadêmico, em todos os seus aspectos, de forma condizente com as exigências crescentes decorrentes do próprio avanço dos conhecimentos. Entre essas condições devem estar:

- a incorporação da atividade de pesquisa às atribuições dos docentes universitários, acoplada à criação de dispositivos para formalização, acompanhamento e avaliação de projetos e grupos;
- as ações de dinamização da comunidade acadêmica, como a realização de eventos e encontros, a ampliação dos espaços para publicação de resultados de pesquisa, o fomento à circulação dos pesquisadores em todos os níveis.

Há, por fim, um sentido em que o próprio dossiê precisa ser entendido como uma dessas condições de trabalho. Os artigos aqui reunidos não chegam às mesmas respostas, nem seria desejável que chegassem. Foram produzidos em instituições, países e momentos distintos, com materiais de análise e tradições teóricas também diferentes. Reuni-los é criar uma situação em que essas diferenças se tornam mutuamente legíveis e podem ser submetidas à discussão, isto é, em que passam a fazer parte de uma comunidade argumentativa, para retomar a formulação de Schlieben-Lange que nos serviu de ponto de partida.

Se há algo que gostaríamos que permanecesse desta apresentação, portanto, é a ideia de que a internacionalização que buscamos não se mede apenas pela circulação de pessoas ou pela assinatura de acordos, mas pela criação continuada das condições em que perguntas locais possam transformar-se em problemas de pesquisa e retornar aos lugares de onde vieram na forma de conhecimento discutível, criticável e reutilizável. O presente dossiê é um dos resultados provisórios desse trabalho. Sua continuidade dependerá, como todo trabalho científico, daquilo que outros pesquisadores fizerem com ele.

Referências bibliográficas

ALFREDO CAMUNDO, Ruth; FERREIRA DA SILVA, Camila. Educação multilíngue em Angola: uma reflexão crítica sobre a relação entre violência e pluralismo. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. e40236, 2026. DOI: 10.21680/1517-7874.2026v28n1ID40236. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/40236>. Acesso em: 17 ago. 2026.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; ALVES DA SILVA, Manoel Crispiniano. O ensino de Língua Portuguesa no contexto multilíngue em Angola: reflexões sobre políticas linguísticas, racismo e diversidade linguística. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. e40690, 2026. DOI: 10.21680/1517-7874.2026v28n1ID40690. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/40690>. Acesso em: 17 ago. 2026.

BEZERRA GUIMARÃES, Geová; MARCOLINO, Sabino Sangombe. O silenciamento das línguas nacionais no contexto escolar angolano: suas implicações no ensino do português. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. e41005, 2026. DOI: 10.21680/1517-7874.2026v28n1ID41005. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/41005>. Acesso em: 17 ago. 2026.

CAIOMBE, Eduardo Kayulula; ALMEIDA, Nora Monteiro Pinto de. Língua e cultura angolana no contexto de ensino da língua portuguesa: um estudo sobre a abordagem dada à cultura angolana no livro didático. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. e41100, 2026. DOI: 10.21680/1517-7874.2026v28n1ID41100. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/41100>. Acesso em: 17 ago. 2026.

CAMPOS MESQUITA, Andre; FRANCISCO, Domingos Gaspar Dala. A produção textual da poesia: um estudo realizado com os alunos da 6ª Classe da Escola Primária nº 140 – Santa Teresa. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. e40734, 2026. DOI: 10.21680/1517-

7874.2026v28n1ID40734. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/40734>. Acesso em: 17 ago. 2026.

CARVALHO, Gislene Lima; DA CUNHA, Marcelino Issa; MIGUEL TURÉ, Wilson; UMATEB SANTIAGO NETO, Reginaldo. Globalização e linguicídio: os impactos na sobrevivência das línguas africanas na (geo)linguística contemporânea. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. e40721, 2026. DOI: 10.21680/1517-7874.2026v28n1ID40721. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/40721>. Acesso em: 17 ago. 2026.

CHIPIA, José Carvalho da Conceição Pedr; SOUZA, Fatima Aparecida de. A alternância do pronome tu e você no português vernacular de Angola. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. e40967, 2026. DOI: 10.21680/1517-7874.2026v28n1ID40967. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/40967>. Acesso em: 17 ago. 2026.

FABIANO CAMPOS, Sulemi; ALCINO, Abel. As influências morfossintáticas do cokwe na estrutura da concordância nominal do português em Angola: estudo aplicado ao Magistério 4 de Abril do Moxico. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. e40977, 2026. DOI: 10.21680/1517-7874.2026v28n1ID40977. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/40977>. Acesso em: 17 ago. 2026.

FRANCISCO, Domingos Gaspar Dala. *Diagnóstico da formação dos alunos da 6ª classe da Escola Primária nº 140 em relação à escrita dos géneros textuais e intervenção por meio de oficinas de escrita e reescrita*. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Especialidade: Ensino da Língua Portuguesa) – Instituto Superior de Ciências da Educação, ISCED-Sumbe, Sumbe, 2025.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LIMA, Tânia; ANTÓNIO, Leovigildo Domingos. Uma experiência de leitura do conto ‘Vozes na Sanzala’ (Kahitu): na aula de Literatura Angolana. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. e41003, 2026. DOI: 10.21680/1517-7874.2026v28n1ID41003. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/41003>. Acesso em: 17 ago. 2026.

MALONGA, Salomao Ivo; FRANCA, Katia. O ensino de língua portuguesa no contexto de angola a partir da escrita da memória de estudantes. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. e41008, 2026. DOI: 10.21680/1517-7874.2026v28n1ID41008. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/41008>. Acesso em: 17 ago. 2026.

MUHONGO, Mário João Afonso. *Que conteúdo para o ensino da sintaxe? O contexto linguístico e cultural do aluno em sala de aula na Escola de Magistério Primário Teófilo Duarte do Cuima, Huambo*. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Especialidade: Ensino da Língua Portuguesa) – Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe, Sumbe, 2025.

RIOLFI, Claudia Rosa. O relatório de avaliação global sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos: o IPBES e as línguas indígenas e locais. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. e40557, 2026. DOI: 10.21680/1517-7874.2026v28n1ID40557. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/40557>. Acesso em: 17 ago. 2026.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *História do falar e história da linguística*. Tradução de Fernando Tarallo et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

SILVA ARAÚJO, Nuk'ácia Meyre; LIBERATO ARRUDA, Debora; ARAÚJO VIEIRA SEMEDO, Eliane Cristina; VARELA FREIRE SILVA, Maria Goreti. Livro didático de língua portuguesa em Cabo Verde: o que dizem os documentos legais sobre ensino, o que diz a obra? **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. e40980, 2026. DOI: 10.21680/1517-7874.2026v28n1ID40980. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/40980>. Acesso em: 17 ago. 2026.

TCHILONGA, Francisco; FAIRCHILD, Thomas Massao. Aspectos morfossintáticos do Português Angolano (PA) na produção textual de alunos do ensino secundário: caracterização de influências do contacto linguístico umbundu-português. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. e40998, 2026. DOI: 10.21680/1517-7874.2026v28n1ID40998. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/40998>. Acesso em: 17 ago. 2026.

TCHILONGA, Francisco José. *Traços linguísticos do contacto umbundu-português em textos escolares dos alunos do Colégio 246 – Huambo e sua contribuição para a caracterização do Português Angolano (PA)*. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Especialidade: Ensino da Língua Portuguesa) – Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe, Sumbe, 2025.